

ENTRE MUSEUS, PRAÇAS, EDIFÍCIOS E MONUMENTOS: OS LUGARES DE MEMÓRIA DA CIDADE NO ENSINO DA HISTÓRIA

Autor

Daniel Luciano Gevehr (ISEI / FACCAT)¹

RESUMO

O trabalho discute o ensino da história na educação básica, tendo como referência o estudo dos lugares de memória. Analisamos a importância da leitura dos lugares de memória, enquanto espaços concretos e visíveis onde a história ensinada se deposita e é também, simbolicamente, representada. Com isso, diferentes lugares, tais como praças, avenidas, edifícios, museus ou monumentos, passam a ser alvo de estudo nas aulas de história, que por sua vez, passam e desempenhar importante papel na leitura crítica da dinâmica espaço-temporal das cidades e na compreensão da historicidade dos lugares. O vínculo que se estabelece entre essas representações do passado – que se manifestam materialmente nas cidades - e o contexto em que essas são produzidas é fator relevante na análise que pretendemos fazer. Isso se deve, especialmente pelo fato dessas representações terem servido de instrumento para a justificação de toda uma produção de saberes que, ao longo da evolução do saber, foram alvo de diferentes interesses e ideologias. Parte dessa análise – que discute a relação entre a produção do saber histórico e seu ensino - baseia-se na investigação das novas configurações sociais que expressam-se, materialmente, (entre outros elementos) através da urbanização presente em nossa sociedade - e da construção e nomeação de lugares – onde a história é celebrada e (re)lembrada através das gerações que se sucedem. Isso, em nossa sociedade é perceptível na medida em que observamos a ereção de monumentos e nomeação de inúmeros lugares e instituições, que tem significados os mais diversos em nosso meio. Dessa forma, as representações sociais construídas sobre o passado, bem como a forma como essas se articulam com os conceitos de *memória* e com a construção dos *lugares de memória* são o propósito central da discussão que nos propomos a realizar. Afinal, a representação do passado, a memória e a construção dos lugares de memória, que nos levam a (re)lembrar sobre os feitos do passado são, em nossa percepção, os três pontos de inflexão que nos permitem melhor

¹ Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e professor do Instituto Superior de Educação Ivoti (ISEI) e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). E-mail: danielgevehr@hotmail.com
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0120499154280445>

compreender a dinâmica de produção do significado que cada lugar apresenta para os indivíduos que convivem em sociedade.

Palavras-chave: Ensino de história. Representação. Lugares de memória.

1 INTRODUÇÃO

É acertado dizer que tanto a memória social quanto a produção dos sentidos interferem na construção das representações do passado que compõem o mosaico sobre o qual os estudiosos das ciências humanas e, de forma especial, os historiadores se debruçam, tentando fazer, através de suas próprias perguntas e métodos, uma possível leitura do passado.

O vínculo que se estabelece entre as representações sobre o passado e o contexto em que essas são produzidas é fator relevante na análise que pretendemos fazer. Isso se deve, especialmente pelo fato dessas representações terem servido de instrumento para a justificação de toda uma produção de saberes que, ao longo da evolução do saber, foram alvo de diferentes interesses e ideologias. Essas, por sua vez, acabaram impondo determinadas visões sobre o passado, que na maioria das vezes interfere diretamente na forma como ensinamos a(s) história(s) na sala de aula.

Parte dessa análise – que discute a relação entre a produção do saber histórico e seu ensino - baseia-se na investigação das novas configurações sociais que expressam-se, materialmente, (entre outros elementos) através da urbanização presente em nossa sociedade - e da construção e nomeação de lugares – onde a história é celebrada e (re)lembrada através das gerações que se sucedem. Isso, em nossa sociedade é perceptível na medida em que observamos a ereção de monumentos e nomeação de inúmeros lugares e instituições, que tem significados os mais diversos em nosso meio.

2 OS LUGARES DE MEMÓRIA (FORA) DAS AULAS DE AULA

Na perspectiva apresentada por Sandra Pesavento (2006), para quem a memória é um elemento indispensável para se compreender a construção de representações sociais, é que iniciamos nossa descrição dos contextos nos quais se produzem diferentes representações sobre o passado. Interessa-nos entender, por exemplo, como a memória de sobreviventes de diferentes conflitos que se sucederam ao longo da história humana produziram discursos e como esses, por sua vez, foram decisivos para a construção dos imaginários sociais sobre o passado da humanidade.

Já para Jacques Le Goff (2003), a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, seja ela individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais das pessoas e da própria sociedade. Nesse sentido, a memória não é apenas conquista, mas também um instrumento de poder. Existe uma luta pela dominação da recordação e da tradição, estabelecendo aquilo que deve ser lembrado e aquilo que deve ser esquecido.

Na história do Brasil, foram vários os exemplos dessa tentativa de construir uma nova denominação para as localidades que presenciaram conflitos marcantes e que abalaram a vida de seus moradores. Um desses exemplos pode ser encontrado no estudo realizado por Janice Theodoro (1997) em relação a Canudos, na Bahia. A autora aponta para a importância do “apagamento” do local em que ocorreu o conflito em 1897.

Numa tentativa de apagar da memória coletiva o passado de Canudos, o território ocupado pelo arraial foi coberto pelas águas do açude de Cocorobó em 1968, em pleno regime militar. Frequentemente no período das secas, podem ser vistas na área cruces, ossadas e crânios, muros, e peças de artilharia.

Em nossa análise, consideramos que as representações sociais construídas sobre os lugares de memória (que normalmente são identificados como os lugares onde o fato histórico aconteceu) não se encontravam apenas em textos

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:*"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"*

historiográficos², mas também em diferentes formas narrativas³. Tendo a concepção de que as representações sociais apresentavam-se de diferentes formas, procuramos analisar como diferentes veículos de representação – textos historiográficos e literários, imprensa e cinema - acabaram difundindo determinadas concepções e pontos de vista sobre a história que será “contada”.

A análise das representações construídas sobre o cenário e também sobre os personagens centrais da história nos faz refletir sobre o contexto em que cada autor se insere, e principalmente, sobre os propósitos que levam o autor a “contar” a história dessa ou daquela perspectiva. Da mesma forma, torna-se evidente, em alguns casos, a preocupação por parte dos autores em legitimar sua versão sobre os fatos narrados, recorrendo a testemunhos orais ou até mesmo a referendar documentos cuja legitimidade muitas vezes poderia ser questionada.

Essa é, sem dúvida, uma das questões mais intrigantes da história e que, naturalmente, interfere no ato de ensinar história, uma vez que a história a ser ensinada na sala perpassa por toda essa produção, que carece de uma discussão epistemológica mais aprofundada.

Isso também nos faz pensar naquilo que Michael Pollack (1989) chamou “de trabalho de constituição e de formalização das memórias.” (1989, p.4) Segundo ele, para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que ela nos traga apenas o testemunho, mas sim que esta encontre muitos pontos de convergência entre aquilo que queremos afirmar e as memórias de nossos testemunhos. Somente a partir

² Como nos ensina Antonio Celso Ferreira, que por sua vez se valeu dos estudos realizados por Stephan Bann, a caracterização e análise das formas e conteúdos presentes nas representações sociais podem ser realizadas a partir da investigação das mais variadas fontes. Entre elas, Ferreira destaca a análise realizada a partir de textos historiográficos, os diversos tipos de discursos (jurídicos, médicos, filosóficos, teológicos), os textos literários e as pinturas, os museus, as narrativas cinematográficas, entre outras. (FERREIRA, 2004)

³ Quando nos referimos aos diferentes tipos de narrativa, estamos tratando das diferentes formas com que elas se apresentam. Nesse caso, consideramos como narrativas as representações sociais construídas e perceptíveis tanto nos textos historiográficos e literários quanto na imprensa e no cinema.

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"

do encontro dessas memórias é que podemos reconstruir as lembranças do passado sobre uma base comum.

Em nossa investigação, procuramos compreender como diferentes autores – que produzem os discursos da história e, portanto, daquilo que chamamos de produção historiográfica - procuram respaldar seus discursos a partir de testemunhos e diferentes tipos de fontes, que procuram dar veracidade às suas narrativas.

As representações sociais construídas sobre o passado histórico permitem-nos ainda pensar naquilo que Pollack denominou de “trabalho especializado de enquadramento”. (Ibidem, p.11) De acordo com o autor, a memória é alvo de manipulações e defesa de interesses pessoais e coletivos, estando necessariamente relacionada com o contexto e com a época em que foi produzida.

Quanto a essa questão, observamos que as representações construídas sobre o passado e que se revelam presentes nos livros didáticos de história – fonte de pesquisa e de estudo presente no cotidiano da sala de aula - inserem-se precisamente nesse contexto, no qual a memória é, muitas vezes, manipulada de forma que a imagem produzida sobre os fatos é *enquadrada* segundo os objetivos de cada autor e de acordo com sua época.

Com isso, torna-se significativo o questionamento acerca do processo que envolve a análise dos diferentes veículos de representação (documentos, filmes, imagens, livros, etc.) sobre o passado, observando em cada um deles a forma como retratam os lugares da história, seus protagonistas e seus diferentes enredos.

Considerando as afirmações de Michael Pollack, podemos ainda analisar as representações sociais ligadas àquilo que Jacy Alves de Seixas descreveu como um conjunto de interesses coletivos, no “qual lembramos menos para conhecer do que para agir.” (SEIXAS, 2004, p.53)

Segundo a autora, a memória está menos ligada ao processo de entendimento do passado, mas sim diretamente identificada com os interesses que fazem as pessoas lembrarem de um determinado fato. Nesse sentido, a memória pode ser manipulada de

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:*"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"*

acordo com os interesses de determinados grupos e de determinadas épocas. O mesmo, podemos dizer, ocorre na sala de aula, na medida em que o professor de história é esse elemento mediador, que ao tratar com as fontes, acaba interferindo também no processo de construção do conhecimento de seus alunos sobre o passado em questão.

De acordo com Seixas, não existe uma memória desinteressada. Ao contrário, a memória teria um destino prático, realizando a síntese do passado e do presente visando ao futuro, buscando os momentos passados para deles se servir. Dessa forma, “a memória carregaria, assim, um atributo fortemente ético, incidindo sobre as condutas dos indivíduos e dos grupos sociais” (Ibidem, p.53), procurando com isso induzir as condutas dos indivíduos na sociedade. Sem dúvida, essa teoria defendida pela autora ajuda-nos a entender a dinâmica que envolve a construção e a difusão das representações sociais sobre os diferentes acontecimentos do passado nas aulas de história e que, assim acabam se relacionando diretamente com o meio social.

Relacionado com essa questão que envolve a memória coletiva e a construção das representações sobre o passado nas aulas de história, devemos atentar para o estudo realizado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1998), que nos mostra como a produção de discursos está diretamente ligada ao contexto no qual estes se fazem presentes. Inseridos no campo das relações de poder, os discursos procuram estabelecer uma determinada ordem das coisas, seguindo interesses de ordem política, econômica, social e cultural.

Para Bourdieu, a produção dos discursos não ocorre de forma “inocente nem inconsciente” mas sim como resultado de interesses de determinados grupos, detentores de um poder simbólico⁴. Segundo ele, esse poder age sobre as estruturas

⁴ Para Pierre Bourdieu, o poder simbólico “é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências.” (BOURDIEU, 2001, p.9)

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"



sociais, impondo uma determinada visão dos fatos, transformando-os em “verdades absolutas”.

Valendo-nos do pensamento de Bourdieu, podemos entender como a publicação das diferentes obras – com diferentes narrativas e versões sobre o passado - torna-se possível, na medida em que apresentam leituras e releituras sobre o passado. Seus autores, dotados de reconhecimento no meio social de atuação, são, por assim dizer, *autorizados* a publicar suas versões sobre a história, contribuindo dessa forma para a veiculação de diferentes representações sobre o passado da civilização, o que deve ser observado com muita atenção por aqueles que *ensinam* história.

Assim, acreditamos que as representações sociais produzidas sobre o passado e, de forma especial em nosso caso, sobre o processo que envolve o ensino da história no contexto escolar, vinculam-se a esse campo de poder (pedagógico), no qual determinadas ideias podem ser *ditas* e outras precisam ser *silenciadas*. Isso poderia ser exemplificado se tomarmos o período militar na história brasileira, no qual determinadas interpretações e visões não podiam ser “ditas” na sala de aula, uma vez que o regime político e a ideologia do período as consideravam ofensivas ao sistema em que se vivia.

Outra questão que nos parece não poder faltar no debate sobre a história e seu ensino é a produção da imagem dos heróis. Esse fato que, durante muito tempo, habitou as páginas de muitos livros didáticos e que, era antes de tudo, reflexo de determinadas vertentes da historiografia. Essas, por sua vez, acreditavam que a história era explicada fundamentalmente, através das ações de personagens heróicos, que assim determinavam os acontecimentos e os resultados dos percursos trilhados pela humanidade.

A presença de personagens como Luís XIV e Napoleão Bonaparte na história europeia, ou de D. Pedro I e Getúlio Vargas na história nacional era colocada com tal “pompa” que nos fazia acreditar que se tratava de personagens, cujos percursos e atitudes poderiam, “isoladamente” explicar toda uma conjuntura de acontecimentos.

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:*"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"*

Nessa perspectiva, a construção da imagem heróica envolve diversos aspectos e demonstra, por parte de quem o produz ou o difunde (e nesse caso de forma especial temos o papel do professor de história) uma intencionalidade. Aqui, nos parece que a questão central do debate reside entre aquele professor que está preocupado em ensinar a história dos vencedores (e, portanto, reafirma a visão dos heróis) ou aquele que procura, a partir da dúvida posta sobre os supostos heróis do passado, questionar seus alunos quanto aos acontecimentos e o contexto em que esses foram produzidos.

Nessa mesma linha interpretativa, poderíamos acrescentar a análise das representações sociais, construídas sobre os cenários em que se inserem esses acontecimentos do passado. Sobre eles, identificamos diferentes narrativas, que se fazem presentes nas mais variadas obras que tratam da história e que, em diferentes momentos, procuraram caracterizar o espaço geográfico onde se desenvolvem a história a ser contada. Entretanto, a falta de uma leitura crítica sobre esse aspecto, muitas vezes impede a compreensão dos fatos e da própria relação que se estabelece entre a própria história e a dimensão geográfica/física do espaço sobre o qual se está falando.

A partir dessa análise, constatamos que determinados lugares – que aqui iremos chamar de lugares de memória, em razão desses constituírem-se em lugares de lembrança sobre o passado - são representados através de diferentes veículos de representação, tais como os documentos, os textos historiográficos e literários, a imprensa e, ainda, o cinema, que muito tem produzindo atualmente uma sensação de “verdade e autenticidade” a certos acontecimentos do passado, algo sem dúvida sobre o qual precisamos observar mais atentamente. Nesse sentido, a produção de determinadas imagens sobre os lugares da história e presentes nessas diferentes fontes e, que por sua vez, se traduzem em “discursos” sobre esse passado é que acabam imprimindo nas pessoas certas visões sobre o passado.

Mais um aspecto importante a ser considerado nessa discussão, é o da produção das diferentes representações construídas e difundidas sobre os

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:*"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"*

personagens históricos. Encontrados, muitas vezes em lados opostos, personagens que rivalizam e que são mostrados como “os únicos” responsáveis pela produção do enredo da história que está sendo contada, acabam tendo seu perfil e suas ações interpretadas a partir de diferentes ângulos. Essas interpretações, no entanto, acabaram contribuindo, na maioria das vezes, para a construção de uma imagem detratora da primeira, enquanto se construiu uma imagem heróica para o segundo, ou em ordem inversa dependendo das circunstâncias envolvidas.

Nesse caso, os personagens mostrados são antagônicos, em que a narração das virtudes de um serve de desqualificação para o outro, já que se encontram “de lados opostos” no conflito. Tanto o “mocinho” quanto o “bandido” da história produzida por esse discurso sobre o passado tem suas representações construídas, a partir do contraponto, que é estabelecido entre ambos os personagens.

De acordo com nossa análise, parte das narrativas⁵ construídas sobre o passado – e que se manifestam materialmente nos textos de história e na criação e nomeação dos lugares (físicos) da memória (como as praças, monumentos e diferentes espaços sociais) procuraram incutir no imaginário do leitor a noção de “verdade”, fazendo com que o discurso do autor pareça e assuma a condição de descrição fiel dos seus personagens e fatos. Afinal, o que se quer através disso é produzir uma sensação de “fidelidade” em relação aquilo que está sendo narrado pelo texto de história.

Como nos ensina o historiador José Murilo de Carvalho (1990), baseado nos estudos de Joshua C. Taylor, “os traços de heroísmo, de virtudes cívicas, oferecidos aos olhos do povo, eletrificam suas almas e fazem surgir as paixões da glória, da devoção à felicidade de seu país” (1990, p.11). Essas ações, por sua vez, se manifestam muitas vezes e, de forma especial em alguns materiais didáticos, carregados de adjetivações qualificações essencialmente ideológicas, que procuram solidificar certas imagens sobre esse passado idealizado. Essa visão de ensino de

⁵ O termo *narrativa* é aqui empregado para referendar as representações perceptíveis nos textos históricos, literários e fílmicos. Nesse sentido, utilizamos o conceito de narrativa enquanto discurso, como uma dada versão sobre os fatos.

história, que prioriza os personagens centrais e os coloca no panteão dos heróis é, em nosso entendimento, uma visão distorcida da realidade e muito contribui para a difusão de um conhecimento parcial e acrítico da realidade.

Ressaltamos, com isso, que não desconsideramos os demais personagens envolvidos na construção do processo histórico. Estes, sem dúvida alguma, nos permitem compreender o contexto de inserção dos personagens centrais da história, ao mesmo tempo em que tornam compreensível a projeção desses como responsáveis pela liderança, em muitos casos, de grupos rivais. Daí ser possível interpretar criticamente o enredo presente nesse passado que passa a ser analisado e por conseqüência, ensinado na sala de aula.

A eleição dos protagonistas da história – como representantes dos dois lados do conflito – remete-nos à análise feita por José Murilo de Carvalho, para quem o processo de “heroificação” inclui necessariamente a “transmutação da figura real, a fim de torná-la arquétipo de valores ou aspirações coletivas” (CARVALHO, 1990, p.14). Carvalho nos chama também a atenção que “por ser parte real, parte construído, por ser fruto de um processo de elaboração coletiva, o herói nos diz menos sobre si mesmo do que sobre a sociedade que o produz” (Ibidem, p.14).

3 AS (im)POSSIBILIDADES DE (in)COMPREENSÃO DE OUTRA(S) HISTÓRIA(S)

A partir das inquietações manifestadas até aqui é que refletimos sobre aquilo que Halbwachs (2004, p.150) chama de memória coletiva. De maneira especial, Halbwachs mostra-nos como os lugares desempenham um papel fundamental na construção da memória coletiva. Para ele, os lugares que percorremos nos fazem lembrar de fatos ocorridos no passado e, assim, contribuem para a construção da memória coletiva. A construção de monumentos, a denominação de lugares e a preocupação com a valorização de personagens do passado estão diretamente associadas a uma memória coletiva.

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:*"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"*

Quando uma comunidade elege seus lugares de memória e também seus símbolos e heróis - que passam a representá-la – pode-se perceber os condicionantes que estiveram envolvidos nesse processo de construção das representações.

Tendo essas questões como problema, procuramos discutir como os diferentes temas ensinados na história (como disciplina no currículo escolar) passaram – e continuam passando - por um processo de (res)significação. Se observarmos a produção da memória sobre diferentes temas da história sul-riograndense, iremos perceber como se operam essas produções mentais e simbólicas da história.

Poderíamos citar aqui inúmeros exemplos dessas “distorções” presentes na história nacional e mundial, mas infelizmente nos perderíamos em incontáveis exemplos ricos em detalhes e apaixonantes pela natureza que nos trazem. Coerentes com uma nova visão interpretativa da história, os lugares de memória tem uma função importante na difusão e na consagração das imagens produzidas sobre o passado. Para Michel Pollack (1989), os lugares de memória somente se constituem em espaço de preservação de uma memória se assim a comunidade os reconhece.

Acrescente-se a isso a constatação de que os lugares de memória construídos sobre os diferentes episódios do passado, como por exemplo o Movimento Farroupilha, são construídos no momento em que lideranças políticas e diferentes segmentos da sociedade sentem a necessidade de materializar uma versão sobre o episódio e de utilizá-la estrategicamente. Nessa perspectiva, os lugares de memória não somente terão seu significado reconhecido pela sociedade, como impedirão que eles o esqueçam, forçando-os a se posicionarem tanto em relação ao passado quanto em relação ao futuro almejado.

O historiador José Murilo de Carvalho (1990, p.13) refere-se à associação existente entre construção dos imaginários sociais e a criação de diferentes

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:

*"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"*



símbolos para reforçar uma determinada visão sobre o passado. Para ele, a manipulação dos símbolos, das alegorias e até mesmo dos mitos criados sobre os personagens históricos nos ajuda a compreender a dinâmica que envolve a construção dos imaginários sociais.

Ainda com relação à dinâmica que envolve a análise das representações sociais e à construção dos lugares de memória, resgatamos aquilo que Sandra Pesavento chama de “ressemantização do tempo e do espaço” (PESAVENTO, 2002, p.162). Para ela, é preciso considerar as transformações de caráter econômico, político, social e cultural, para que se torne possível a realização de uma leitura das representações sociais construídas num determinado contexto. Nesse sentido, a época e o espaço no qual ocorreram essas construções devem ser levados em consideração para que as representações se tornem parte integrante da coletividade da qual fazem parte. Assim, é preciso considerar o fato de que as representações são produzidas social e historicamente, não sendo “anacrônicas, deslocadas ou necessariamente falsas, pois traduzem formas de sentir, pensar e ver a realidade” (Ibidem, p.162). Entendemos, portanto, que a construção das representações sociais sobre os fatos do passado – e que foram materializadas naquilo que chamamos de lugares de memória – estão diretamente vinculadas ao contexto da época de seu surgimento.

A partir da compreensão das condições e dos interesses que estão presentes em cada época é que podemos analisar os diferentes lugares de memória, como resultado daquilo que determinados grupos procuram imprimir como noção de “verdade”. A criação dos lugares de memória atuam nesse sentido, de (re)lembrar e manter viva na memória das pessoas aquilo que se quer mostrar e aquilo que se quer “apagar” da memória social.

Ainda, de acordo com Maurice Halbwachs (2004), nossas lembranças “permanecem coletivas, e elas nos são lembranças pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:*"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"*

só nós vimos.” (HALBWACHS, 2004, p.30). Em outras palavras, Halbwachs mostramos como a memória não é resultado de um trabalho individual, mas sim resultado do trabalho coletivo. Para o autor, a memória, inserida no meio social, é construída coletivamente.

Fundamental para se pensar o ensino da história a partir da interpretação dos significados que os lugares de memória exercem na compreensão dos conteúdos de história é mostrar na sala de aula que esses espaços são, antes tudo, dotados de um significado simbólico. Ou seja, esses lugares nos remetem a pensar sobre os fatos que ali ocorreram e pessoas que ali estiveram. É nesse sentido que destacamos a criação dos diferentes lugares de memória (monumentos, praças, instituições, etc.) e os vinculamos ao processo de (re)significação da história, uma vez que os tomamos como evidência das visões e dos sentimentos coletivos que se faziam presentes na época de sua criação⁶.

Embasamos nossa análise sobre os monumentos históricos que nos levam a refletir e (re)lembrar sobre os fatos do passado a partir dos estudos realizados por Françoise Choay (2001). De acordo com essa autora, o sentido original do termo “monumento” é do latim *monumentum*. Este, por sua vez, deriva de *monere*, que significa advertir ou lembrar. Para a autora, o monumento tem como propósito essencial não apenas o de apresentar ou dar uma informação neutra. Ao contrário, o monumento tem, segundo Choay, a intenção de tocar uma memória viva pela emoção (CHOAY, 2001, p.18)

Considerando que os monumentos construídos pela comunidade não estão dispostos de forma inocente ou desprovidos de significação, estando diretamente relacionados com a história da comunidade que os erigiu, assim como com os interesses de seus “construtores”, pode-se acrescentar que: “Para aqueles que

⁶ Consideramos a afirmação apresentada por Meneses bastante esclarecedora na análise que propomos realizar sobre os lugares de memória de uma cidade. Para ele “a cidade é mais que espaço físico; é mais que materialidade. Ela é o lócus continuum de cultura, onde natureza, construção material, símbolos, significados e representações se constroem em diversidade e em harmonia.” (MENESES, 2004, p. 87)

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"



edificam, assim como para os destinatários das lembranças que veiculam, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. O monumento assegura, acalma, tranqüiliza, conjurando o ser do tempo” (Ibidem, p.18)

Dessa forma, evidencia-se a eficácia simbólica exercida pelos monumentos. Localizados estrategicamente no espaço social das cidades, os monumentos representam formas de pensar, sentir e expressar os valores coletivos.

Tomados como “símbolos espaciais”⁷, os diferentes monumentos históricos, assim como outros tantos símbolos que passam a representar parte da história de um lugar devem ser entendidos como resultado de diferentes interesses – até mesmo antagônicos às vezes - e anseios presentes nessa comunidade. É justamente esse antagonismo que torna possível pensarmos os dois monumentos sob a perspectiva da construção de alteridades históricas. Isto é, o valor simbólico atribuído por uma comunidade em relação aos seus objetos tem muitas vezes significados contraditórios, dependendo dos grupos que os produzem.

O antropólogo Luiz Antônio de Oliveira, em seu importante estudo sobre “os mártires de Canhaú” (2003)⁸, mostrou como o relato histórico é elaborado, constituindo uma trama histórico-religiosa, na qual o passado é teatralizado. Oliveira destaca que os locais em que ocorrem conflitos de caráter religioso tornam-se *bem-aventurados*, em contraste com as ações antagônicas dos seus personagens, fabricando aquilo que ele chama de alteridades históricas. Segundo o antropólogo, uma comunidade procura sempre “atualizar” sua história, para, a partir dos supostos erros do passado, construir uma nova identidade para o local.

Contraopondo-se a esse processo de valorização, constata-se que cenas e personagens do passado são, propositalmente, muitas vezes “esquecidas” tanto

⁷ Luiz de Oliveira chama de *símbolos espaciais* as representações construídas sobre o passado e que podem ser percebidas pelo olhar. Assim, ele identifica como símbolos espaciais as construções materiais realizadas pelo homem para representar o seu passado. (OLIVEIRA, 2003, p. 9)

⁸ Seu estudo parte da análise do culto aos mártires de Canhaú no Rio Grande do Norte, mortos na primeira metade do século XVII e beatificados em 2000 pela Igreja Católica.

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"



pelas fontes quanto pelas próprias escolhas feitas por quem manipula essas fontes, evidenciando o que Oliveira denomina de *celebração da história*. Para ele esse processo em que fatos do passado – percebidos como *bens simbólicos* – são submetidos ao *inventário dos interesses presentes*, como constatado em Sapiranga no início das gerações –, elege fatos e personagens que devem (ou não) ser lembrados.

O diálogo que se estabelece entre o passado e o presente que se está vivendo, produz um “discurso” sobre o passado. Um discurso – é preciso lembrar – circunstanciado pelos diferentes contextos e pelas múltiplas interlocuções, dependente diretamente da ótica de quem o está “lendo” os vestígios do passado.

Nessa perspectiva de discutir criticamente a produção dos diferentes discursos sobre o passado (sejam eles documentos, monumentos ou os mais diversos lugares de memória) destacamos aquilo que Roger Chartier (2002) refere-se quando trata das inúmeras possibilidades de *leitura de um símbolo*, afirmando que este nunca é “lido” de uma única maneira.

Segundo Chartier (2002), existem diferentes formas de interpretação de um símbolo, sendo que sua leitura está diretamente vinculada ao contexto no qual o observador está inserido, bem como ao olhar que este lança sobre o objeto em questão. Daí, a origem das múltiplas interpretações que dão significados diferentes a esses símbolos. Conseqüentemente, pode-se dizer que os símbolos construídos sobre o passado a finalidade de “educar” os olhares de uma comunidade, interferindo de forma determinante no “tipo” de história que está se ensinando.

Acreditamos ser válido agregar a essa discussão em torno dos símbolos e sua difusão através do ensino da história, a questão que envolve as rupturas e a construção de novas “tradições” pelas sociedades em momentos de transformações rápidas. Para tanto, resgatamos a afirmação do historiador Eric Hobsbawn (1997), a qual acreditamos que contribuiu para a reflexão que propomos, na medida em que esse historiador critica a forma como muitas sociedades manipulam indiscriminadamente os discursos sobre seu passado (HOBSEBAWN, 1997, p.12-13).

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:*"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"*

Partindo das colocações feitas por Hobsbawn observamos uma clara relação entre os discursos produzidos sobre o passado (e que se manifestam nos textos didáticos e nos mais diferentes fontes de estudo empregadas pelo professor de história na sala de aula) e a invenção – e difusão – de determinadas verdades sobre esse passado.

O imaginário, vale lembrar, tem como um de seus pontos de referência – e de lembrança – os lugares de memória, na expressão de Pierre Nora (1993), para quem “a memória pendura-se em lugares assim como a história em acontecimentos” (NORA, 1993, p.25). Acreditamos que símbolos, como o hino, a bandeira e a própria criação de monumentos alusivos a um novo regime político, assim como a renomeação dos lugares de memória das mais diferentes cidades, que passam a contar com nomes que referendavam personalidades e feitos desempenham um papel preponderante na consolidação da nova ideologia que diferentes grupos de poder procuram difundir.

Cabe aqui lembrar aquilo que o historiador José Newton Coelho Meneses (2004), afirma quando se refere ao papel desempenhado pelos monumentos históricos. Para ele os monumentos “busca[m] tornar viva a memória de algo importante e identitário socialmente. Nesse caso, ele[s] tem, necessariamente, como mediadores a memória construída e a história.” (MENESES, 2004, p.31)

Os lugares de memória – espalhados pelas nossas cidades – constituem-se, dessa forma, em materializações dos sentimentos e dos interesses predominantes em cada época. Sentimentos e interesses que acabaram por determinar a condenação ou a celebração, a memória ou o esquecimento dos episódios e de seus personagens.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, podemos afirmar que a discussão que nos propomos a fazer nesse exercício sobre o “fazer da história” na sala de aula teve como desafio maior articular diferentes questões que implicam no fazer pedagógico do professor de história na atualidade. Articular questões de cunho metodológico com concepções de educação patrimonial, observando nos lugares de memória da história possibilidades de exploração dos sentidos produzidos sobre o passado e identificar nesses lugares possibilidades de interpretação sobre personagens e fatos encobertos pela historiografia “tradicional” foram algumas das provocações que procuramos trazer com essa discussão.

Através da análise mais atenta sobre as produções sobre o passado buscamos interrogar sobre as condições em que os “discursos da história” são produzidos. A difusão de determinadas visões (muitas vezes parciais) sobre esse passado a ser ensinado na sala de aula pode trazer, como consequência, o ensino de uma história desprovida de criticidade e inserida num contexto de anacronismo. Ao contrário, a interpretação racional e crítica por parte do professor e a escolha de fontes que corroborem para o desabrochar de uma visão complexa e desafiadora sobre o passado, produzirão “novos discursos” sobre essa história pesquisada na sala de aula.

Se por um lado eles correrão o risco de continuarem sendo “visões” sobre esse passado, ao menos trarão à tona novas “possibilidades de se enxergar” esse passado, através de novos “óculos”, com novas lentes sobre o passado humano, muitas vezes ofuscado por diferentes condicionantes históricos.

REFERÊNCIAS

ASSIS BRASIL, L. A. **Videiras de cristal**. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"



BARREIRA, I. A. F. A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 5, n. 9, jan./jun. 2003.

BOURDEU, P. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1998.

BURKE, P. **Testemunha ocular**. História e imagem. Bauru: EDUSC, 2004. p. 54-55.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: 1990.

CHARTIER, R. **À beira da falésia**. A história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FERREIRA, A. C. Heróis e vanguardas, romance e história: os intelectuais modernistas de São Paulo e a construção de uma identidade regional. In: PESAVENTO, Sandra J. (Org). **Escrita, linguagem, objetos: leituras de História Cultural**. Bauru: EDUSC, 2004.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HOBSBAWN, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEENHARDT, J. As Luzes da Cidade. Notas sobre uma metáfora urbana em Jorge Amado. In: PESAVENTO, S. J. **Escrita, linguagem, objetos: leituras de História Cultural**. Bauru: EDUSC, 2004.

MENESES, J. N. C. História e Turismo Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MYERSON, D. **Sangue e esplendor**: A história dos piores tiranos da humanidade. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, dez. 1993. (Revista do Programa de Pós-graduação em História e do Departamento de História PUCSP).

XI SEMINÁRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS:

"A DEMOCRACIA AINDA É A QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE A
DITADURA CIVIL-MILITAR E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE"



OLIVEIRA, L. L. A construção do herói no imaginário brasileiro de ontem e de hoje. In: PESAVENTO, S. J. (Org). **História Cultural**: Experiências de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

OLIVEIRA, L. A. O teatro da memória e da história: Alguns problemas de alteridade nas representações do passado presentes no culto aos mártires de Canhaú – RN. In: **Revista de Humanidades**. v. 4. n. 8, abr./set. 2003.

PESAVENTO, S. J. **Palavras para crer**. Imaginários de sentido que falam do passado. Número 6. 2006, Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Disponível em <<http://nuevomundo.revues.org/document1499.html>>. p. 4. Acesso em: 10 jan. 2012.

_____. **O imaginário da cidade. Visões literárias do urbano**. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

POLLACK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2. n. 3, 1989.

SEIXAS, J. A. Percursos de memórias em terras de história: problemas atuais. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (Org.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2004.

SELIGMANN-SILVA, M. O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: Editora 34, 2005.

SOARES, M P. **O Positivismo no Brasil**: 200 anos de Augusto Comte. Porto Alegre: AGE Editora/UFRGS, 1998.

THEODORO, J. Canudos 100 anos depois: da vida comunitária ao surgimento dos movimentos fundamentalistas. In: ABDALA JÚNIOR, B.; ALEXANDRE, I. (Org.). **Canudos**: palavra de Deus sonho da terra. São Paulo: SENAC; São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.